

# Impasse paralisa a Constituinte

BRASÍLIA — Sem acordo, a Constituinte rejeitou ontem, em votações consecutivas, os dois textos que definiam a reforma agrária — o do Centrão e o da Comissão de Sistematização —, caracterizando-se, pela primeira vez, o "buraco negro" sobre um capítulo inteiro.

Caberá, agora, ao Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentar uma proposta alternativa para ser votada na terça-feira. Paralelamente, a maioria absoluta (280) dos constituintes poderá encaminhar um texto à apreciação do plenário.

Com o apoio do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), o projeto da Comissão de Sistematização foi rejeitado por 365 votos a 129 e 27 abstenções. Covas visava, exatamente, a provocar o "buraco negro" (ausência de referência ao tema no texto constitucional) e a criar novas possibilidades de negociação. O PDS, o PFL, o PTB, o PL e o PDC acompanharam seu voto. A posição da Sistematização foi sustentada pelo PT, PDT, PCB, PC do B e PSB e pela esquerda do PMDB.

Estiveram presentes 521 constituintes, não comparecendo apenas 38. A votação foi acelerada porque os partidários da Sistematização preferiram não encaminhar o voto, impedindo, assim o Centrão, que inscrevera oradores, de contestar.

Pouco antes, com um quorum de 499 parlamentares, o plenário, por insuficiência de votos, não aprovava o substitutivo apresentado pelo Centrão. Por ser a segunda votação — a primeira fora realizada na véspera



Caiado, ao centro, comanda aplausos da UDR à derrota da Sistematização

— a emenda foi declarada rejeitada, abrindo caminho para a apreciação da proposta da Comissão de Sistematização.

Ontem, ambos os lados reduziram seus apoiadores: o Centrão, que no dia anterior contara com 248 votos, teve 237, menos 11; a esquerda passou de 242 votos para 225, uma diminuição de 17 votos. Nenhum dos grupos conseguiu os 280 necessários. Só as abstenções se mantiveram: 37.

Encerradas as duas votações, o presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou o "buraco negro" e informou que, pelo Regimento Interno, o Relator Bernardo Cabral terá que apresentar propostas até as 21 horas de amanhã (48 horas após a decisão do plenário). O direito de apresentar substitutivo é também fa-

cultado à maioria absoluta dos parlamentares (280).

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esclareceu ainda que, pelo Regimento, como se trata de um capítulo inteiro, não poderão ser apresentadas propostas inéditas, tendo os autores de recorrer à matéria já existente sobre o tema. O que quer dizer que terão que se utilizar do arquivo de emendas e destaques apresentados ao projeto da Comissão de Sistematização e ao do Centrão.

No domingo, a proposta ou as propostas apresentadas serão distribuídas aos constituintes, que terão todo o dia de segunda-feira para apresentar destaques assinados no mínimo por 187 parlamentares. Isto significa que, nesta fase, não serão aceitos destaques individuais.

BRASÍLIA — Mal acabou a votação que gerou o "buraco negro", as lideranças do Centrão e do PMDB definiram a primeira tática a ser seguida para a aprovação de suas propostas no Capítulo da Reforma Agrária. Líderes dos dois grupos tiveram a mesma ideia: buscar assinaturas para apresentar um substitutivo junto com o texto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O texto que primeiro obtiver 280 assinaturas de apoio terá preferência para votação, na terça-feira.

Além desta providência, as lideranças do Centrão também decidiram, em reunião realizada no gabinete do Líder do PFL, José Lourenço (BA), colher assinaturas para garantir a apresentação de destaques para votação, em separado, de dispositivos do texto a ser elaborado pelo Relator. Na reunião, definiram também o texto do substitutivo do grupo — para o qual serão tentadas as 280 assinaturas. Será o texto-base do acordo que esteve para ser firmado on-

tem, com a exclusão do parágrafo que admite a possibilidade de desapropriação de terras produtivas. As 9h de hoje, os líderes do grupo se reúnem para articular a coleta de assinaturas e a estratégia de votação.

Paralelamente, o Senador José Richa (PMDB-PR) e a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), já com o apoio do Líder do PMDB, Mário Covas (SP), definiram que a melhor tática é apresentar o texto integral do acordo tentado ontem como substitutivo ao

## UDR comemora e Contag lamenta

BRASÍLIA — À saída do Congresso Nacional, os dois grupos mobilizados para a votação da reforma agrária tinham reações opostas: os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) não escondiam a frustração e o pessimismo em relação a um acordo que satisfaça os objetivos da entidade; a UDR comemorava os quatro dias que ainda faltam até a próxima votação, por estar convencida de que reverterá a tendência dos Constituintes contrários ao texto do "Centrão".

O Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, tinha à sua espera, na rampa do Congresso, cerca de mil manifestantes, que o aplaudiram demoradamente. Como nas galerias, Caiado repetiu que todos deveriam dirigir-se ao Hotel Aracoara, para uma reunião que estabeleceria a nova estratégia de pressão sobre a Constituinte, além de definir as linhas gerais de uma emenda substitutiva, capaz de conquistar 280 assinaturas e a preferência de votação na terça-feira.

Na saída oposta (pelo Anexo II da Câmara), o Presidente da Contag, José Francisco da Silva, acompanhado do Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), lamentava o desfecho da votação e repetia que dificilmente haverá chance para resolver a questão da terra produtiva segundo os interesses da entidade. Mesmo a possibilidade bastante concreta de um novo acordo não animava José Francisco.

Nas galerias, a ostensiva presença da UDR causou tumulto na saída, quando seguranças e jornalistas se desentenderam. Caiado já liderava, naquele momento, um movimento para a redação da emenda substitutiva, que ele pretende engordar com

280 assinaturas. Para isso, queria começar a trabalhar imediatamente e convocou seus aliados para uma reunião com o Deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) e o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles.

— Vamos começar imediatamente — dizia ele, procurando evitar a dispersão do grupo.

Pouco antes, Caiado tinha sido um dos astros da verdadeira festa promovida por membros da UDR e do Centrão. De pé nas galerias, os representantes dos proprietários rurais aplaudiram e gritaram "Centrão, Centrão" e "Terra Produtiva, Terra Produtiva". No plenário, o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, agradecia com o polegar em sinal de positivo e um largo sorriso, acompanhado pelos Deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Angelo Magalhães (PFL-BA). A festa não foi presenciada pelos representantes dos trabalhadores rurais que ontem não conseguiram senhas para subir às galerias e tiveram o acesso impedido pelos seguranças.

No final da sessão, no Salão Verde da Câmara, os Deputados Roberto Freire (PCB-PE) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) concordavam em que, diante do resultado do dia, poderiam ter arriscado votar em separado o parágrafo que explicita a impossibilidade de desapropriação de terras produtivas, como queria a UDR. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, contestava a afirmação, insistindo que a decisão precisaria também da anuência do Líder do PFL, José Lourenço.

— Fiz o que pude — dizia Covas.

## Afif Domingos elogia editorial

O Presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, recebeu telex do Deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) sobre o editorial de ontem, "Os supremos objetivos da Nação".

Eis a íntegra do texto: "Cumprimento pelo editorial de hoje do jornal O GLOBO sobre a realidade brasileira. O Brasil é um país sem projeto de futuro, dominado pelo subdesenvolvimento da mentalidade de muitos de nossos políticos que insistem em uma aliança com países pobres do Terceiro Mundo. A falta de uma diretriz fez com que os projetos das corporações fossem confundidos com o projeto nacional. É a Constituição mais corporativa de nossa história, onde o poder político se desloca para as grandes corporações sindicais e seus burocratas, tanto patronais como trabalhadores, que, nascidas por inspiração fascista, conquistaram na nova Constituição um poder sem paralelo, infinitamente superior ao dos partidos, o que compromete o nosso futuro de democracia plural. A Nação está dividida pelas conveniências; daí, a importância da sua mensagem em torno das grandes convicções nacionais. Conte conosco para esta grande empreitada".

## O processo

**AO LAMENTAR** a dificuldade de acordo na Constituinte sobre pontos cruciais da reforma agrária, o Líder do PMDB sentenciou: "O que causará dificuldade à Nação não é a decisão que tomarmos, mas a nossa incapacidade de nos entendermos nessa matéria."

**ACERTOU** pela metade: a incapacidade para o entendimento é atributo do mau político, e está correto registrar com tristeza a sua existência na Assembléia.

**MAS AS** decisões em si evidentemente importam bem mais que a forma — se tranqüilo acordo ou dura disputa — pela qual se chegou a elas.

## Grupos iniciam a busca de 280 assinaturas

### Reis prevê vitória do mandato de cinco anos

BRASÍLIA — O Secretário Geral do PMDB, Deputado Milton Reis (MG), levou ontem ao Presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, a previsão de que a Constituinte garantirá, nas Disposições Transitórias da futura Carta, mandato de cinco anos ao atual Presidente, com uma vantagem de 62 votos: 310 para os cinco anos e não mais de 248 para os quatro.

O Presidente ficou muito satisfeito, porque sabe que sou um profissional do ramo. Normalmente acerto nos meus levantamentos — informou o Deputado, mostrando a lista dos constituintes, cada um com a respectiva opção de voto, ainda na porta da residência oficial de Sarney.

Milton Reis garante que, mesmo se a votação fosse hoje, a vitória de Sarney estaria garantida pela estreita margem de dois votos: 282 Constituintes já fecharam posição pelos cinco anos e 230 votaram por eleições em novembro deste ano.

Pelos seus cálculos, o Governo perderia no Senado por 40 votos contra 31 — com uma abstenção do Senador Olavo Pires (PMDB-RO) — e ganharia na Câmara, com 251 Deputados fechados com os cinco anos e 190 a favor dos quatro.

## Substitutivo de Cid veta criação de partidos

BRASÍLIA — Quem se pretende candidatar nas próximas eleições municipais, deve filiar-se com urgência a algum dos partidos políticos já existentes. Pelo menos é o que sugere o substitutivo ao projeto do Deputado Genivaldo Correia (PMDB-BA), apresentado ontem por seu colega Cid Carvalho (PMDB-MA).

O texto tem por base os entendimentos entre as lideranças partidárias, mas, como já se esperava, Carvalho — Relator escolhido a dedo pelo Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães — cortou, entre outras coisas, o trecho que facilitava a evasão peemedebista para uma nova legenda. O texto em questão era um parágrafo que possibilitava a participação nas eleições de qualquer novo partido político que tivesse entre seus fundadores 30 integrantes do Congresso Nacional. A reação do Deputado Pimenta da Veiga, principal representante da dissidência peemedebista sem partido, foi imediata. Partiu em direção a Carvalho com o dedo em riste:

— Você não tem o direito de ser Relator das suas próprias convicções — acusou.

O desabafo de Pimenta foi proporcional à sua frustração. Ele ficou impedido de criar e dar base municipal a uma nova legenda e agora assistirá à acelerada filiação das bases nos partidos exis-

tentes. Com as discussões que devem surgir em torno do texto — que também não traz o prazo de domicílio eleitoral —, é aconselhável que os eventuais candidatos estejam filiados a algum partido seis meses antes do pleito — isto é, até o dia 15 de maio —, como observa a legislação vigente. O novo texto vai a plenário para a votação de Lideranças apenas no dia 10 (terça-feira) e não há garantias de que a matéria não sofra alguma obstrução.

Além disso, o voto de Liderança pode ser derrubado por qualquer parlamentar que, representando um grupo de 20 deputados, peça verificação de quorum.

— Eu quero ver alguém assumir o ônus disto — afirmava ontem o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro (RS). Ele acha que tal procedimento inviabilizaria as eleições e desmascararia os "encapuzados", que "trabalham contra a renovação das bases".

Mas o temor é infundado. Se as normas ficarem travancadas na Câmara, no Senado ou na sanção presidencial — sua trajetória normal —, o TSE terá que baixar as regras eleitorais. Neste caso, o mais provável é que se guie pela legislação referente ao último pleito municipal, onde o prazo de filiação é de seis meses e o domicílio eleitoral, em obediência à Constituição, é de um ano.

### Novo partido sairá 72h após a Carta

BRASÍLIA — Irritados com o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), cujo parecer impede a participação de novas agremiações nas eleições municipais, dissidentes do PMDB e do PFL decidiram ontem lançar um novo partido 72h depois de promulgada a Constituição. Cid, indicado quarta-feira, pelo Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Relator do projeto que regulamentava as eleições, não respeitou o acordo de lideranças que habilitava legendas formadas por um mínimo de 30 parlamentares.

O Deputado Pimenta da Veiga (sem partido-MG), que reuniu os dissidentes em sua residência, acusou o Relator e Ulysses de declarar guerra, impondo uma eleição de "cartas marcadas". Os descontentes decidiram que o partido não deve visar ao pleito de 88, mas aos seguintes. Participaram da reunião os Senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Mário Covas (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR), os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Saulo Queiroz (PFL-MS) e Jaime Santanna (PFL-MA) e o ex-Governador de São Paulo Franco Montoro.